

EDITAL Nº 14/2.022

(REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO)

PREGÃO ELETRÔNICO N° 12/2.022
PROCESSO SA/DL N° 18/2.022
OFERTA DE COMPRA N° 846100801002022OC00021
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 04/03/2022
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 22/03/2022, às 9:00 horas (horário de Brasília)

PREÂMBULO

- A Sessão Pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, às 9:00 horas (horário de Brasília) do dia 22 de março de 2.022 e havendo a necessidade de prorrogação o Pregoeiro definirá o horário de início da segunda sessão.
- A reunião será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.
- As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

Maiores informações e esclarecimentos a respeito do presente Edital poderão ser obtidos na sede Administrativa da Prefeitura Municipal, na rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, nº 1.390, no Departamento de Licitações, ou pelo telefone (16) 3244-3113, ramais 3157 e 3158, ou, ainda, pelo correio eletrônico licita@montealto.sp.gov.br

Qualquer alteração ulterior será disponibilizada na página da Internet - www.montealto.sp.gov.br

A Prefeita do Município de Monte Alto torna público que se acha aberta nesta Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ sob nº. 51.816.247/0001-11, com sede administrativa à rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, nº. 1.390, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço, abrigado nos autos do Processo Administrativo nº 18/2.022, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Todos os procedimentos do presente certame obedecerão a Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 2.041, de 11 de março de 2.005, o Decreto nº 3.803, de 11 de março de 2.019, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

As propostas deverão atender todas as exigências e especificações constantes deste edital e dos anexos que dele fazem parte integrante.

Integram o presente edital:

Anexo I - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

Anexo III - Modelo de Declarações;

Anexo IV - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; e,

Anexo V - Decreto Municipal nº 1.624, de 26 de junho de 2.001;

Para o caso de ser contratado o fornecimento, as despesas decorrentes serão suportadas por recursos de dotação própria na vigente lei orçamentária, com as seguintes classificações contábeis:

02.01.01.00.04.122.0002.2.004.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 4

02.02.01.00.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 46

02.03.01.00.03.092.0006.2.020.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 105

02.04.01.00.04.122.0007.2.021.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 129

02.05.01.00.04.122.0010.2.024.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 154

02.06.02.00.12.361.0016.2.031.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 233

02.06.02.00.12.361.0016.2.031.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 236

02.07.01.00.10.122.0019.2.038.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 352

02.07.02.00.10.301.0021.2.040.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 361

02.08.01.00.27.812.0022.2.042.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 492

02.09.01.00.08.122.0025.2.051.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 511

02.09.02.00.08.122.0026.2.053.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 519

02.10.01.00.04.122.0031.2.070.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 706

02.12.01.00.04.122.0039.2.082.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 778

02.13.01.00.04.122.0042.2.090.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 830 02.13.02.00.04.122.0043.2.092.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 850

02.13.03.00.04.129.0044.2.093.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 858

02.14.01.00.13.392.0052.2.126.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 872

02.15.01.00.06.181.0053.2.127.3.3.90.30.00 Ficha Analítica nº 903

1 - DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto deste pregão o registro de preços de materiais de escritório, para suprir as necessidades de diversos setores vinculados às Secretarias Municipais que compõem o Governo Municipal, relacionados no Anexo I Modelo de Proposta Comercial, deste Edital, tudo conforme especificações, quantidade estimada e condições nele estabelecidas, visando aquisições futuras por diversas secretaria da Administração municipal.
- **1.2** Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar Federal n° 123/2006, o presente pregão será dividido em cota principal e cota reservada à participação de microempresas, empresas de pequeno, conforme o detalhamento constante do Anexo I Modelo de Proposta.
- **1.2.1** Se a disputa relativa à cota reservada resultar deserta, a Administração Municipal submeterá o mesmo item de contratação à participação ampla, em outra sessão pública.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

- **2.1** Somente poderão participar deste pregão empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que estejam registrados no CAUFESP, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital.
- **2.2** Para os itens: 1 ao 3, do Anexo I, deste Edital, somente poderão participar microempresas e empresas de pequeno porte do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências de credenciamento e de habilitação.
- **2.3** Para os itens: 4 ao 66, do Anexo I, deste Edital, poderão participar deste pregão as empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências de credenciamento e de habilitação.
 - **2.4** Estará impedida de participar a empresa que:
- **2.4.1** Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração de Monte Alto, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;



- **2.4.2** Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- **2.4.3** Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;
- **2.4.4** Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- **2.4.5** Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- **2.4.6** Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal n° 12.529/2011;
- **2.4.7** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8°, inciso V, da Lei Federal n° 9.605/1998;
- **2.4.8** Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992:
- **2.4.9** Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- **2.5** A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos ao Pregão Eletrônico.
- **2.6** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- **2.6.1** Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção "CAUFESP").
- **2.7** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.
- **2.8** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- **3.1** O credenciamento far-se-á por meio de registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.
- **3.2** O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

4 - DA PROPOSTA

- **4.1** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção "PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.
- **4.2** Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.
- **4.2.1** As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.
- **4.2.2** Não será admitida cotação de mais de uma marca e quantidade inferior prevista neste Edital.
- **4.2.3** Quando se tratar de marca que possa identificar o licitante deverá colocar no campo próprio da BEC os seguintes dizeres: "marca própria".
- **4.2.4** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.
- **4.2.4.1** Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 4.2.4 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado a contratação, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- **4.2.4.2** Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 4.2.4.1 caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário

competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

- **4.3** O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável.
- **4.4** Na ausência de indicação expressa em sentido contrário, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- **5.1** Para a habilitação das licitantes será exigida a seguinte documentação:
- 5.1.1 Em relação à HABILITAÇÃO JURÍDICA:
- a) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades mercantis e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

5.1.2 - Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa licitante, onde conste o fornecimento de materiais de escritório ou outro compatível com o objeto da licitação.

5.1.3 - Em relação à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com as fazendas: Federal (incluindo as contribuições sociais) e Estadual, ou outras equivalentes, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
 - e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justica do Trabalho.
- **5.1.3.1** Para efeito de prova de regularidade fiscal e trabalhista serão admitidas certidões positiva de débitos, com efeito de negativas.
- **5.1.4** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles

documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- **5.2** Os documentos indicados no **item 5.1**, deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação.
- **5.3** Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- **5.4** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- **5.5** Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo mostrado no Anexo III deste Edital, atestando que:
- a) Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 2093 e alterações, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- b) Estar ciente de que registro(s) no CADIN ESTADUAL (Lei Estadual nº 12.799/08) impede(m) a contratação com esta Prefeitura Municipal;
- c) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Prefeitura de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução das Autorizações de Fornecimento (contrato) serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município de Monte Alto;
- d) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;
- e) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens BEC mais semelhantes ao descrito no Anexo I. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;
- f) Os produtos ofertados estejam em conformidade com a legislação em vigor, e que se responsabilizam pelo transporte, estocagem e pela manutenção da qualidade físico-química até a entrega dos produtos.
- **5.6** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte; que optar pela fruição dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06, deverá apresentar:
- **5.6.1** Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV, deste Edital;
- **5.6.2** quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

5.6.3 - quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3° da Lei Complementar n° 123/06.

6 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **6.1** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
- **6.2** A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.
 - **6.2.1** Serão desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital:
- d) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado;
- e) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.
- **6.2.2** A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- **6.2.3** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- **6.2.4** O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.
- **6.3** Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.
- **6.4** Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.
- **6.4.1** Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixado no item 6.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.
- **6.4.2** O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo) e incidirá sobre o valor unitário do item.
 - 6.4.3 A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

- **6.4.3.1** A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 6.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.
- **6.4.3.2** Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 6.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.
- **6.4.4** No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
- **6.4.4.1** dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
 - **6.4.4.2** do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
- **6.4.5** A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 6.4.3.
- **6.5** Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresas ou empresas de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores à licitante originalmente melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do artigo 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer propostas.
- **6.6** Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento de lances a contar da convocação do Pregoeiro, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originariamente mais bem classificada, ou revogação do certame.
- **6.7** O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 6.8 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.
- **6.9** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- **6.9.1** Realizada a negociação, através de troca de mensagens, a licitante deverá registrar em campo próprio no sistema o preço negociado.
- **6.10** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- **6.10.1** A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Órgão Gerenciador que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

- **6.10.2** Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.
- **6.10.3** Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da documentação de habilitação elencada na Cláusula 5, deste Edital, no prazo máximo de 30 minutos e da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do Anexo I, contendo os preços unitários e o novo valor total para o registro de preços, a partir do valor total final obtido no certame.
- **6.10.3.1** A planilha de proposta deverá conter indicação da procedência, marca e modelo do produto ofertado, observadas as especificações do Anexo I.
- **6.10.3.2** O prazo de 30 minutos para o envio da documentação de habilitação poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro.
- **6.10.3.3** O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

7 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- **7.1** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:
- **a)** Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 5 deste Edital;
- **b)** Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 5 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no *chat* do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação. As declarações solicitadas no item 5.5 e as comprovações de qualificação técnica, caso exigida no item 5.1.2, serão obrigatoriamente apresentadas por correio eletrônico, sem prejuízo do disposto no item 7.1, "a", "b" e "c" deste Edital:
- **d)** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b", ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 7.1, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
- **e)** Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas ou pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, juntamente com a proposta de preços Anexo I, deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 3 (três) dias úteis após o

encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis, salvo aqueles documentos que pela própria natureza são considerados originais, como por exemplo os emitidos via internet, aqueles com autenticações digitais (atestados e contratos sociais), ou com assinatura digital (proposta comercial e declarações).

- f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento;
- **f.1)** A prerrogativa tratada na alínea "f" abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488/2007, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 7.9;
- **g)** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;
- h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* eletrônico a nova data e horário para sua continuidade;
- i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.
- **7.2** A licitante habilitada nas condições da alínea "f" do item 7.1 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- **7.3** Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do item 7.1, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 7.2 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.
- **7.4** Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 7.2, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.
- **7.5** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 7.2 a 7.3, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.6 - Serão convocados os demais licitantes classificados para participar de nova sessão pública do Pregão com vistas à celebração da contratação, quando a adjudicatária deixar de apresentar no prazo estabelecido os documentos de habilitação, nos termos da alínea "e", do subitem 7.1, do Edital.

8 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- **8.1** Com até 2 (dois) dias úteis anteriores da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- **8.2** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção "EDITAL". As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **8.2.1** As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.
- **8.2.2** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.
- **8.2.2.1** As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- **8.3** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- **8.4** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 7.2 a 7.4, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.
- **8.5** Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.
- **8.6** Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.bec.sp.gov.br, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 8.5.
- **8.7** A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 8.4 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro declarar o vencedor do certame na

própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

8.8 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 - DA ATA, DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DOS PRECOS.

- **9.1** A ata de registro de preços, que formaliza uma promessa de contratação de cunho irrevogável para o licitante vencedor, ou para o particular que concordar em executar o objeto da licitação pelo preço daquele, será subscrita pelo convocado e pela autoridade que rubricou/assinou o edital, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação publicada em resumo no Diário Oficial do Município.
- **9.1.1** O licitante convocado que deixar de assinar a ata no prazo fixado, dela será excluído. A recusa equivale à infração prevista no artigo 81, do vigente Estatuto das Licitações e Contratos, sujeitando-o à aplicação da multa fixada no artigo 2º, do Decreto nº 1.624, de 26 de junho de 2.001.
- **9.2** O registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, cujo prazo iniciarse-á a partir da data da publicação da respectiva ata.
 - **9.3** O cancelamento do registro de preços ocorrerá quando o fornecedor:
- **9.3.1** recusar-se a retirar o instrumento contratual equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- **9.3.2** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- **9.3.3** for declarado inidôneo ou impedido de contratar com a Administração, nos termos dos artigos 7º. e 87, respectivamente, das Lei Federais nº. 8.666/93, alterada posteriormente, e, nº. 10.520, de 17 de julho de 2.002.

10 - DA CONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

- **10.1** Contado a partir da data da notificação publicada em resumo no Diário Oficial do Município, os fornecedores dos bens nela incluídos, terão o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para assinar a ata de registro de preços.
- **10.1.1** O prazo fixado no item anterior admite prorrogação apenas uma única vez, desde que por igual período e que o convocado apresente convincente justificativa até o último dia do primeiro período de tempo.
- **10.2** Não será exigida a prestação de garantia contratual, conforme faculdade esculpida no artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada posteriormente.
- 10.3 Se, por ocasião da formalização da ata, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, a Seção de Licitações do órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

- **10.4** Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata este item, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 10.5 O registro de preços na ata não obriga a Prefeitura Municipal de Monte Alto a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

11 - DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- **11.1** O objeto desta licitação deverá ser entregue em 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, no Almoxarifado Municipal, localizado na Rua dos Lírios, nº 495, ocorrendo por conta da Fornecedora contratada todas as despesas de transporte, embalagem, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes.
- **11.2** As parcelas deverão ser entregues em quantidades de acordo com as necessidades de consumo, acompanhada da nota fiscal.
- **11.3** A empresa adjudicatária obriga-se a entregar qualquer que seja a quantidade dos produtos dos preços registrados, não sendo admitido o acúmulo de pedidos para entrega posterior.
- **11.4** Só serão emitidos atestados de recebimento se os produtos entregues estiverem plenamente de acordo com as especificações constantes deste edital e seus anexos.

12 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- **12.1** Na impossibilidade de se examinar detalhadamente os produtos no momento da entrega, estes serão recebidos provisoriamente em até 5 (cinco) dias úteis da data do feito, cuja comprovação dar-se-á através de aposição de carimbo próprio em qualquer espaço da nota fiscal.
- **12.2** O recebimento definitivo do objeto dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, desde que o responsável pela tarefa conclua pela conformidade e aceitação das especificações e quantidades contratadas, mediante recibo passado no verso do documento fiscal correspondente.
- **12.2.1** Na hipótese de confirmação de defeitos ou divergências quanto às características dos produtos contratados, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias corridos para a sua substituição, vedada a aplicação de qualquer penalidade durante esse período.
- **12.2.2** Caso seja constatada diferença a menor de quantidades, o prazo máximo para a complementação será de 5 (cinco) dias, com início a partir da notificação.

13 - DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento pelo fornecimento do objeto desta licitação será efetuado em 30 (trinta) dias, contados a partir da efetiva entrega dos produtos, atestada pelo recibo de que trata o **item 12.2** anterior.

- **13.2** O pagamento será processado através de ordem ou depósito bancário em conta corrente indicada pela empresa contratada.
- 13.3 Conforme o protocolo ICMS 42/09, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes (Exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.
- **13.4** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à liquidação da despesa contenham incorreções.
- **13.5** A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente normal na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Monte Alto.
- **13.6** O pagamento efetuado em desacordo com o estabelecido no antecedente item 13.1, será compensado por juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró rata tempore" em relação ao atraso verificado.

14 - DAS SANÇÕES

- **14.1** Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Monte Alto, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, c.c o artigo 9º, do Decreto nº 2.041, de 11 de março de 2.005.
- **14.2** A sanção de que trata o item anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas moratórias previstas no Decreto nº 1.624, de 26 de junho de 2.001, integrante deste Edital, garantido o exercício da prévia e ampla defesa.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **15.1** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- **15.2** Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pela Coordenadoria de Compras Eletrônicas, da Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento.
- **15.3** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
 - **15.4** O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:
- **15.4.1** Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta:
 - 15.4.2 Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;
- 15.5 Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a

Administração municipal, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

- **15.6** A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".
- **15.7** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindolhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **15.7.1** As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- **15.7.2** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- **15.8** Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou pelo Pregoeiro, via *chat*.
- **15.9** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Município e nos sítios eletrônicos: www.montealto.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.
- **15.10** Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.
- **15.11** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Monte Alto.

Monte Alto, 3 de março de 2.022.

Maria Helena Aguiar Rettondini Prefeita

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2.022 PROC. SA/DL Nº 18/2.022

Apresentamos nossa proposta para o registro de preços dos produtos a seguir relacionados, de conformidade com as regras editalícias estabelecidas no edital pertinente:

Item	Itens exclusivos para mic Descrição(*)	Unid.	Quant. Estimada	Marca Ofertada	Valor Unitário Ofertado	Valor Subtotal
1	Almofada para Carimbo, Feltro, Estojo Plástico, Tinta azul, Nr.3	unidade	57			
2	Almofada para Carimbo, Feltro, Estojo Plástico, Tinta preta Nr.3	unidade	45			
3	Almofada para Carimbo, Feltro, Estojo Plástico, Tinta vermelha Nr.3	unidade	28			
	Itens abertos à particip	ação de to	das as licit	antes inter	essadas	
4	Apontador para Lápis, Poliestireno, Simples, com deposito, (2x4) cm Especificação Técnica: Apontador para Lápis; de Poliestireno rígido; Simples, Com Deposito Retangular, Medida Aproximada (2,0 x 4,0) cm; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizações.	unidade	479			
5	Borracha de Papelaria, Látex Natural, Escolar, Número 60, Branca Especificação Técnica: Borracha de Papelaria; Feita de Látex Natural, escolar; para Lápis e Grafite; No Formato Retangular; Número 60; Na Cor Branca; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores.	unidade	1086			
6	Caderno Espiral 1/4, Galvanizado, Capa 1 Cor, 96fls Especificação Técnica: Caderno Espiral; de Arame Galvanizado; Espessura de 0,9 a 1,1mm; No Formato 1/4; Com Capa Em 1 Cor, Pesando 250g/m2; Com 96 Folhas; Gramatura Da Folha 56g/m2.	unidade	605			
7	Caderno Espiral Universitário Galvanizado Capa dura 1 cor 96 folhas especificação técnicas; CADERNO ESPIRAL de arame	unidade	639			





				T	T
	Galvanizado espessura de 0,9 a				
	1,1 mm; no formato universitário com capa em 1 cor pesando				
	250g/m2 com 96 folhas gramatura				
	da folha 56g/m2.				
	Caixa para arquivo, PP Corrugado,				
	(350x250x130)mm,				
	Azul Especificação Técnica:				
8	Caixa para Arquivo; Em	unidade	150		
	Polipropileno Corrugado; Medindo				
	(350x250x130)mm, Com Furos e Aberturas para Travas Nas				
	Aberturas para Travas Nas Laterais, Com Tampa; Na Cor Azul.				
	Caixa para arquivo papelão com				
9	kraft, aproximando tamanho	unidade	1715		
	240x360x140mm parda.				
	Cola em bastão, 40 gramas de				
	Papelaria; Bastão; para Multiuso; 3-				
	iodo-2-propinil Butilcarbamato,				
	Glicerina, Hidróxido de Sódio, 2-				
10	aminoisobutano; Agua, sacarose, Copolímero Acrílico, Polímero de	unidade	391		
	N-vinilpirrolidinona, Estearato de				
	Sódio; Acondicionada Em Tubo;				
	Branca; Com Validade Mínima de				
	12 Meses.				
	Cola de Papelaria, Liquida, Atóxica,				
	90g, Liquida; para Uso Escolar,				
	Cola Papel, Couro, Tecido, Bico Econômico; a Base de Agua,				
	Lavável; Atóxica; Secagem Rápida;				
11	Acondicionada Em Frasco;	unidade	521		
	Pesando 90g; Branca; Com				
	Validade Mínima de 1 Ano a Partir				
	Da Data de Entrega; Com Selo do				
	Inmetro Na Embalagem do				
	Produto. Clipe de Aço, Paralelo, Niquelado,	pacote			
12	Número 3/0 pacote com 500	com 500	401		
	gramas.	gr.			
	Clipe de Aço, Paralelo, Niquelado,	pacote			
13	Número 8/0 pacote com 500	com 500	371		
	gramas.	gr.			
	Caneta Esferográfica, Resina Termoplástica, Triangular, 1mm,				
	600m, vermelha Especificação				
	Técnica: Caneta Esferográfica;				
	Corpo Em Resina Termoplástica;				
	Formato do Corpo Triangular;				
	Modelo Descartável; Corpo				
14	Transparente; Ponta Em Liga de	unidade	10035		
	Latão; Com Esfera de Tungstênio; Espessura de 1,0 mm, Media;				
	Rendimento Mínimo de Escrita De:				
	1600 Metros; Na Cor vermelha				
	Tinta à Base de Resinas, Corantes,				
	Solventes e Espessantes; Com				
	Tampa Protetora Em Resina				
	Termoplástica Na Cor Da Tinta e				





	l o:: =: -			<u> </u>	T	
	Clip Fixo; Tampa do Topo Embutida, Na Cor Da Tinta; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores.					
15	Caneta Esferográfica Retrátil, Redondo, Descartável, Ponta 1, Preta Especificação Técnica: Caneta Esferográfica Retrátil; Corpo Em Resina Termoplástica; No Formato Redondo; Descartável; Click Retrátil No Topo; Ponta Em Aço; Com Esfera de Tungstênio; Espessura de Ponta Media (1mm); Preta; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Atualizações Posteriores.	unidade	12025			
16	Caneta Esferográfica, Resina Termoplástica, Triangular, 1mm, 1600m, Azul Especificação Técnica: Caneta Esferográfica; Corpo Em Resina Termoplástica; Formato do Corpo Triangular; Modelo Descartável; Corpo Transparente; Ponta Em Liga de Latão; Com Esfera de Tungstênio; Espessura de 1,0mm, Media; Rendimento Mínimo de Escrita De: 1600 Metros; Na Cor Azul; Tinta à Base de Resinas, Corantes, Solventes e Espessantes; Com Tampa Protetora Em Resina Termoplástica Na Cor Da Tinta e Clip Fixo; Tampa do Topo Embutida, Na Cor Da Tinta; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores.	unidade	15350			
17	Caneta Marca Texto, Em Polipropileno Opaco, Ponta 3 a 5 Mm, Amarela Especificação Técnica Caneta Marca Texto; Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5 Mm, Chanfrada; Com Tinta Na Cor Amarela, Fluorescente, à Base De água, Sem Pvc, Atóxica; Aplicável Em Diversos Tipos de Papeis; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente Obrigatória Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores; e Suas Condições	unidade	1435			





	Deverão Estar de Acordo Com a				
	Norma Nbr-15236 e Atualizações.				
18	Etiqueta auto adesiva medindo 66,7 mm x 25,4 mm, caixa com 100 folhas 3000 etiquetas.	caixa com 100 fls.	9		
19	Envelope de Papelaria Offset, 75g/m2, com impressão Rpc, (114x162) mm, Branco, pacote com 100 unidades.	pacote com 100 unid.	130		
20	Envelope de Papelaria, Offset, 75g/m2, Oficio, Sem impressão, aproximado 114x229 mm, Branco pacote com 100 unidades.	pacote com 100 unid.	215		
21	Envelope de Papelaria Saco, Kraft, 80g/m2, S/impressão, (185x248)mm, com aba, Natural, caixa 250 unidades.	caixa com 250 unid.	28		
22	Envelope Plástico, Pasta Catalogo, Oficio, 0,15 micra, 4 furo, Transp. Cristal, pacotes 100 unidades.	pacote com 100 unid.	90		
23	Envelope de Papelaria, Saco, Kraft, 80g/m2, S/ impressão, aproximado (260x360)mm, Pardo, caixa com 250 unidades.	caixa com 250 unid.	69		
24	Estilete Lamina de Aço, 18mm x 165mm.	unidade	356		
25	Extrator de Grampos, Aço Inox, Tipo Espátula.	unidade	221		
26	Fita Adesiva de Papelaria, Bopp, Adesivo Sensível, (48mmx50m), Transparente Especificação Técnica: Fita Adesiva de Papelaria; de Polipropileno Bi orientado Adesivo a Base de Agua, Sensível a Pressão; Medindo (48mmx50m); Transparente; Uso Geral, Como No Papel e Pequenas Embalagens.	unidade	415		
27	Fita Adesiva de Papelaria, Crepe, Medindo (18mmx50m), Branca.	unidade	775		
28	Fita corretiva com corretor seco 5mm x 6 mm.	unidade	827		
29	Fita Adesiva Transparente 12 mm x 40 m (Rolo Com 25mm de Diâmetro).	unidade	712		
30	Grampeador de Mesa, Metal, Base Em Plástico, (6, 5x4x18) cm, 26/6 e 24/8 Grampeador; de Mesa; Estrutura de Metal; Base de Apoio Em Plástico; (6,5 x 4,0 x 18) cm; Na Cor Preta; Grampo 26/6 e 24/8; Com Capacidade Mínima para Grampear 25 Folhas; Apoio Anatômico Emborrachado, Alcance 100 mm.	unidade	290		





]			1	
31	Grampo Fixa Papel, Trilho, Medindo 80 mm, Aço Antiferrugem, caixa com 50 unidades.	caixa com 50 unid.	130		
32	Grampo para Grampeador, Cobreado, 26/6 caixa com 5000 unidades de grampos.	caixa com 5000 unid.	399		
33	Livro para protocolo de correspondência, capa dura, 1/4 com 100 folhas.	unidade	122		
34	Liga elástica de borracha (LATEX) Nº 18 de boa qualidade com validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega com identificação do fornecedor na embalagem para amarração de dinheiro, cor amarela, pacote com 100 gramas.	pacote com 100 gr.	796		
35	Lápis, Madeira, Preto, Envernizado fosco, Redondo, Hb2, Apontado Especificação Técnica: Lápis; Corpo Em Madeira de Reflorestamento, Comprovada Com Certificação; Na Cor Preta Envernizada, Preto Envernizado Fosco; No Formato Redondo; Matéria Da Carga Mina Grafite Na Cor Preta; Número Há/2; Medindo No Mínimo 170 mm; Nome do Fabricante Gravado No Lápis; Com Identificação do Fornecedor Na Embalagem; Acessório Adicional: Apontado, Sem Borracha; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores.	unidade	17105		
36	Livro Ata de Papelaria Minimizo. (205x297) mm Vertical, 100 Folhas, Na Cor Preta Especificação Técnica: Livro Ata de Papelaria; Medindo No Mínimo (205x297) mm aproximado Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 100 Folhas (numeradas); Papel Offset, Pesando 56g/m2.	unidade	175		
37	Pasta Simples, Papelão Plastificado. 290g/m2, Oficio vermelha Grampo/trilho Metal Especificação Técnica: Pasta Simples de Papelão Plastificado; Pesando 290g/m2; Tamanho Oficio; Na Cor vermelho ,com Grampo e Trilho Metal.	unidade	560		





				_	1	,
38	Pasta Simples, Papelão Plastificado. 290g/m2, Oficio. Azul, Grampo/trilho Metal Especificação Técnica: Pasta Simples de Papelão Plastificado; Pesando 290g/m2; Tamanho Oficio; Na Cor azul, com Grampo e Trilho Metal.	unidade	720			
39	Pasta Simples, Papelão Plastificado, 290g/m2, Oficio. Verde, Grampo/trilho Metal Especificação Técnica: Pasta Simples (papelão); de Papelão Plastificado; Pesando 290g/m2; Tamanho Oficio; Na Cor Verde, com Grampo e Trilho Metal.	unidade	660			
40	Pasta Simples, papelão Plastificado, amarela, 290g/m2, Grampo Plástico, Oficio Especificação Técnica: Pasta Simples (papelão); de Papel Cartão Plastificada; Pesando 290g/m2; Tamanho Oficio, Com Grampo Trilho Plástico; Na Cor amarela.	unidade	360			
41	Pasta Simples (papelão), Plastificado. Preta, 290g/m2, Grampo Plástico, Oficio Especificação Técnica: Pasta Simples (papelão); de Papel Cartão Plastificada; Pesando 290g/m2; Tamanho Oficio, Com Grampo Trilho Plástico; Na Cor Preta.	unidade	1110			
42	Pasta Simples (papelão), Plastificado, branca 290g/m2, Grampo Plástico, Oficio Especificação Técnica: Pasta Simples (papelão); de Papel Cartão Plastificada; Pesando 290g/m2; Tamanho Oficio, Com Grampo Trilho Plástico; Na Cor branca.	unidade	400			
43	Pasta C/aba e Elástico (papelão), Plastificado. 280g/m2, Oficio, Ilhós, Vermelho Especificação Técnica: Pasta C/ Aba e Elástico (papelão); Plastificado; Pesando 280g/m2; No Tamanho Oficio; Com Ilhoses de Metal; Na Cor vermelha.	unidade	520			
44	Pasta C/aba e Elástico (papelão), Plastificado. 280g/m2, Oficio, Ilhós, azul Especificação Técnica: Pasta C/ Aba e Elástico (papelão); Plastificado; Pesando 280g/m2; No Tamanho Oficio; Com Ilhoses de Metal; Na Cor azul.	unidade	540			
45	Pasta C/aba e Elástico (papelão), Plastificado 280g/m2, Oficio, Ilhós, Verde Especificação Técnica: Pasta C/ Aba e Elástico (papelão); Plastificado; Pesando 280g/m2; No Tamanho Oficio; Com Ilhoses de	unidade	350			





	Metal; Na Cor Verde.				
46	Pasta C/aba e Elástico (papelão), Plastificado 280g/m2, Oficio, Ilhós, amarela Especificação Técnica: Pasta C/ Aba e Elástico (papelão); Plastificado; Pesando 280g/m2; No Tamanho Oficio; Com Ilhoses de Metal; Na Cor amarela.	unidade	450		
47	Pasta C/aba e Elástico (papelão), Plastificado. 280g/m2, Oficio, Ilhós, preta Especificação Técnica: Pasta C/ Aba e Elástico (papelão); Plastificado; Pesando 280g/m2; No Tamanho Oficio; Com Ilhoses de Metal; Na cor preta.	unidade	650		
48	Pasta C/aba e Elástico (papelão), Plastificado. 280g/m2, Oficio, Ilhós, branca Especificação Técnica: Pasta C/ Aba e Elástico (papelão); Plastificado; Pesando 280g/m2; No Tamanho Oficio; Com Ilhoses de Metal; Na cor branca.	unidade	360		
49	Pasta Corrugada, Polipropileno. Aba/ elástico, Oficio, Lombo 55mm, Azul Pasta Corrugada; de Polipropileno (pp); Com Aba e Elástico; Medindo (335x245)mm, Oficio; Lombada de 55mm; Na Cor Azul.	unidade	610		
50	Pasta C/aba e Elástico (plástico), Polipropileno, Meio Oficio, Cristal Especificação Técnica: Pasta C/aba e Elástico (plástico); de Polipropileno (pp); Espessura de 0,45 Mm; No Tamanho Meio Oficio, Medindo (245 x 180 x 25) mm (c x I x A); Com Ilhoses e Elástico; Transparente (cristal).	unidade	582		
51	Pasta C/aba e Elástico (plástico), Polipropileno Lombo 55 mm, Oficio, Cristal Pasta C/aba e Elástico (plástico); de Polipropileno (pp); Espessura de Mínimo 0,35 Micras, Lombada de 55 Mm; No Tamanho Oficio (335 x 245) Mm; Com Ilhoses de Metal e Elástico; Na Cor Cristal; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr- 15236 e Atualizações; Com Certificação Compulsória Inmetro, e Suas Atualizações Posteriores.	unidade	420		
52	Pasta Em L; de Polietileno, com Espessura Mínima de 0,20 Micras; Tamanho Oficio; Na Cor Cristal; Pacote com 10 unidade.	pacote com 10 unid.	441		
53	Pasta Catálogo, Plástico, com 50 Envelopes, 10 micras, 2 Extens. plast. oficio, Preta Especificação Técnica: Pasta Catalogo; Cartão	unidade	166		





				ı	1
	Revestido de Plástico; Com 50 Envelopes; Espessura de 0,10 Micras; 2 Extensores de Plástico; No Tamanho Oficio; Na Cor Preta.				
54	Pasta az larga tamanho oficio com visor Especificação Técnica: Registrador Az; de Papelão; Lombada Larga; Tamanho Oficio; Com Ferragem de Alavanca Niquelada; Com Visor, Índice Alfabético, Sem Cantos Vivos ou Rebarbas.	unidade	1310		
55	Perfurador para Papel, Em Aço, Capacidade 40fls, 2 Vazadores, Preto.	unidade	178		
56	Pincel P/quadro Branco Ou Vidro, Cores Sortidas, Tinta Liquida, P/vidro Especificação Técnica: pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Sortidas, Tinta Liquida a Base de Agua, Usada Em Quadro de Vidro; Com Ponta Chanfrada, Achatada, Firme, 15 mm, Corpo Cilíndrico; do Tipo Atóxico, Apagável, Descartável.	unidade	116		
57	Prancheta de acrílico com prendedor de alumínio, tamanho ofício.	unidade	302		
58	Papel Carbono, Película de Poliéster, (210 x 297) mm, Azul, Tipo Filme. Caixa com 100 folhas.	caixa com 100 fls.	17		
59	Papel Sulfite de Papelaria, 90g/m2, A4, Branca, Corte Rotativo, Especificação Técnica: Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 90g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Mínima de 90%,conforme Norma Iso; Opacidade Mínima de 87%; Umidade Entre 3,5%(+/-1,0),conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branca; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificação Ambiental Fsc Ou Cerflor, Com Selo e Código de Licença Impressos Na Embalagem pacote 500 folhas.	pacote com 500 fls.	3860		
60	Recado Auto Adesivo, Papel Offset, 38x50mm, S/pauta, Cj.4 Cores. Pacote com 4 blocos de 100 folhas cada.	pacote c/ 4 blocos de 100 fls.	520		
61	Recado Auto Adesivo (76x76) mm, Apresentado Em Bloco Sanfonado, Amarelo. Bloco com 100 folhas.	bloco com 100 fls.	534		
62	Régua de Uso Escolar escritório, Reta, Acrílico, 30 cm, Cristal.	unidade	393		

63	Tesoura Escolar de Aço Inoxidável Medindo 20 cm, cabo em aço Inox.	unidade	201		
64	Tinta para carimbo azul com 40 ml pode ser usado em todos os tipos de almofadas composição a base de agua possui composição química especial com mínimo de 18 meses a partir da data de entrega.	unidade	119		
65	Tinta para carimbo preta com 40 ml pode ser usado em todos os tipos de almofadas composição a base de agua possui composição química especial com mínimo de 18 meses a partir da data de entrega.	unidade	99		
66	Tinta para carimbo vermelha com 40 ml pode ser usado em todos os tipos de almofadas composição a base de agua possui composição química especial com mínimo de 18 meses a partir da data de entrega.	unidade	30		
	VALOR TOTA	L DA PROP	OSTA		

- (*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens BEC mais semelhantes ao descrito neste anexo. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente neste anexo e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalecer o estabelecido no Edital e neste Anexo I Modelo de Proposta Comercial.
- I O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sessão pública do pregão.
- II Declaramos que o VALOR DE CADA ÍTEM E O TOTAL DA PROPOSTA é irreajustável, e nele estão incluídos:
 - a) os tributos, fretes, alimentação, estadia, encargos sociais;
 - b) as despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; e,
 - c) todos os componentes de custo dos bens necessários à perfeita satisfação do objeto desta licitação.
- III Declaramos, ainda, conhecer integralmente os termos do Edital do Pregão nº 12/2.022 e seus anexos, aos quais nos sujeitamos.

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:						
ENDEREÇO:						
CEP:	FONE:		FAX:			
E-MAIL:		CNPJ:				

(CIDADE)	, de	de 2.022.	
	ASSINATURA DO	RESPONSÁVEL	
NOME COMPLETO:		CARGO:	
	OU AUTORIZADA PA	RA ASSINAR O FUTURO CONTRA	го
NOME COMPLETO:		CARGO:	
		CPF:	
No.		RG:	
Nota: O proponente deve	ra rubricar a 1° via de:	sta pianiina/proposta.	

MODELO - A PROPOSTA DEVE SER EMITIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2.022 PROCESSO SA/DL Nº ___/2.022

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado A PREFEITURA MUNICIPAL DE

MONTE ALTO, inscrita no CNPJ/M	∕IF sob nº	51.816.24	17/0001-11 ,	doravante
denominada PREFEITURA, represen	tada pelo se	enhor	,	RG: n° ,
Secretário(a), c	le acordo com	a atribuiç	ão que lhe	foi conferida
pelo artigo 13, do Decreto nº 2.127, de 1	1 de outubro d	de 2.005 e	ulteriores a	alterações, e
de outro lado a empresa		inscrita	no CNPJ/	MF sob nº
, sediada na rua/aveni	da	, r	1º, da	cidade de
, Estado de, adjudio	catária do Pre	gão para	Registro d	e Preços nº
/2.022, representada pelo seu	, senhor		, portade	or do RG nº
, daqui por diante denomir	nada FORNEC	EDORA,	resolvem F	REGISTRAR
os preços, com integral observância da	Lei Federal no	8.666, de	21 de juni	no de 1.993,
com as alterações posteriores e do De	creto nº	, de	de outubro	de 2.005 e
ulteriores alterações, mediante as cláusi	ulas e condiçõe	es seguint	es:	
1 – DO OBJETO E PREÇOS				
1.1 - Constitui objeto da presente	Ata o registro	de preço	o(s) do(s)	item(s) dela
constante(s), nos termos do artigo 15	, da Lei Fed	eral nº 8	.666/93, e	do Decreto
Municipal nº 2.127, de 11 de outubro de	2.005 e ulterio	res altera	ções.	
4.0 (4.) (4.) (5.) (6.)				
1.2 - O(s) preço(s) registrado(s) têm			-	
aos Orgãos Participantes a obrigação	-			
utilização desta Ata, pesquisa essa cujo	resultado dev	erá const	ar do camp	o próprio da
requisição.				
1.3 - O(s) preço(s) registrado(s) na	presente Ata	a refere(n	n)-se ao(s)sequinte(s)
item(s):		(, (-	,
· ·	Quantidade		Valor	Valor
Item Descrição Unid.	Estimada	Marca	Unitário	Subtotal
+		ł	1	

2 – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de __ (____) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
- 3 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA
- 3.1 A FORNECEDORA deverá providenciar a retirada da Autorização de Fornecimento ou a assinatura de termo contratual, conforme o caso, no prazo de ____ (____) dias úteis a partir da data do recebimento da notificação do Departamento de Administração de Materiais, órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.
- 3.1.1 O prazo fixado poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado o motivo e aceito pela PREFEITURA.
- 3.1.2 O compromisso de fornecimento ou execução só estará caracterizado mediante o recebimento de um ou do outro instrumento contratual referidos no item 3.1, desta cláusula.
- 3.1.3 Se a FORNECEDORA se negar a receber a Autorização de Fornecimento/Execução ou o termo contratual, estes deverão ser enviados pelo correio, considerando-se como efetivamente recebidos na data do registro da correspondência, para todos os efeitos legais.
- 3.2 No ato da assinatura do contrato ou da retirada da Autorização de Fornecimento/Execução, a FORNECEDORA deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:
- 3.2.1 Certidão Negativa de Débito CND, para com o Sistema de Seguridade Social;
- 3.2.2 Certidão de Regularidade de Situação CRS, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- 3.2.3 Certidão Negativa de débitos tributários mobiliários, expedida pelo Departamento de Tributos e Rendas do Município de Monte Alto, ainda que a empresa tenha sede em outro Município. No caso da empresa não estiver inscrita no Cadastro de Contribuintes deste Município, declaração firmada por seu representante legal,

especificando que nada deve à Fazenda de Monte Alto, relativamente aos tributos ou taxas relacionados com o objeto licitado.

3.3 – O prazo para a entrega dos produtos será o constante do termo contratual, da Autorização de Fornecimento, correndo por conta da FORNECEDORA, todas as despesas decorrentes de frete, embalagem, seguros, obrigações sociais, mão-de-obra, impostos, taxas e demais encargos não especificados, não podendo invocar dúvida ou hipótese para a modificação do(s) preço(s) registrado(s).

3.4 – O objeto da presente A	Ata será entregue r	าล	, I	ocalizada na
Rua, nº,	que promoverá a	mpla conferênci	a das espe	ecificações e
quantidades recebidas. Con	cluindo pela confo	rmidade e aceit	tação, apo	rá recibo no
verso do documento fisca	correspondente,	caracterizando	assim o	recebimento
definitivo de que trata o artigo	73, da Lei Federa	l nº 8.666/93.		

- 3.4.1 Se, durante o prazo de vigência da presente Ata, o material/produto entregue apresentar quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a FORNECEDORA deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela PREFEITURA.
- 3.5 A FORNECEDORA fica obrigada a atender todas as Ordens de Fornecimento recebidas durante a vigência da Ata, ainda que o efetivo cumprimento ocorra após o término deste prazo.

4 - DAS PENALIDADES

- 4.1 Pelo descumprimento do ajuste, a FORNECEDORA sujeitar-se-á às multas moratórias previstas no Decreto nº 1.624, de 26 de junho de 2.001, garantido o exercício da prévia e ampla defesa.
- 4.1.1 Se o impedimento à retirada da Autorização de Fornecimento/Execução ou à assinatura do termo contratual, decorrer da não apresentação dos documentos elencados no item 3.2, da cláusula anterior desta Ata, aplicar-se-á a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho correspondente.

4.1.2 – É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

5 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1 O prazo de pagamento será de ____(____) dias, a contar da data do efetivo recebimento do objeto, atestado na forma do item 3.4, da cláusula terceira desta Ata.
- 5.1.1 A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente normal na sede administrativa da PREFEITURA.
- 5.1.2 Caso haja a necessidade de providências complementares por parte da FORNECEDORA, ou ocorram outras situações impeditivas à liquidação da despesa, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas foram cumpridas.
- 5.2 A FORNECEDORA deverá atentar às normas estabelecidas no protocolo ICMS 42/09, que estabelece a obrigação de emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes (Exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.
- 5.3 O pagamento do objeto desta Ata será efetuado por crédito em conta bancária indicada pela FORNECEDORA.

6 – DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS

- 6.1 Durante o período de vigência da Ata, os preços registrados não sofrerão reajustamentos, ressalvada a superveniência de normais federais ou estaduais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos apresentada pela FORNECEDORA.
- 6.2 Durante a validade da Ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Independentemente da provocação do Órgão Gerenciador do SRP, no caso de redução dos preços de mercado, ainda que temporária, a FORNECEDORA obriga-se a comunicar à PREFEITURA o novo preço que substituirá o então registrado.



6.2.1 – Caso a FORNECEDORA venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à PREFEITURA, ficará sujeita à restituição do que houver recebido indevidamente.

7 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

- 7.1 As contratações decorrentes desta Ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade superior da PREFEITURA, à vista da prévia e obrigatória pesquisa de preços realizada pelo Órgão Participante, da qual possa verificar-se a compatibilidade do preço registrado com o do mercado.
- 7.2 A formalização das contratações derivadas desta Ata dar-se-á através da emissão da Nota de Empenho pelo Departamento de Contabilidade da PREFEITURA, precedida da Autorização de Fornecimento ou, conforme o caso, do termo contratual.

8 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 – Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Monte Alto, Estado de São Paulo.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes a presente Ata, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Monte Alto,	de	de 2.022.
	uc	UC Z.UZZ.

PREFEITURA

FORNECEDORA

TESTEMUNHAS



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:
CONTRATADO:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO:
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:	
_	

AUTORIDADE MAXIMA DO ORGAO/ENTIDADE:	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CI DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	ERTAME OU RATIFICAÇÃO I
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:	
Pelo contratante:	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
Pela contratada:	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE	<u>:</u>
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando,	inclusive, o endereço eletrônico.

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº/2.022 Processo SA/DL nº/2.022
Eu(nome completo), representante legal da empresa (denominação da pessoa jurídica), participante do Pregão Eletrônico nº/2.022 da Prefeitura Municipal de Monte Alto, DECLARO, sob as penas da lei:
a) Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 2093 e alterações, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
b) Estar ciente de que registro(s) no CADIN ESTADUAL (Lei Estadual nº 12.799/08) impede(m) a contratação com esta Prefeitura Municipal;
c) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Prefeitura de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução das Autorizações de Fornecimento (contrato) serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município de Monte Alto;
d) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualque dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;
e) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico foram adotados os itens BEC mais semelhantes ao descrito no Anexo I. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalece o estabelecido no Edital e seus anexos;
f) De que os produtos ofertados estejam com a rotulagem em conformidade com a legislação em vigor, e que se responsabilizam pelo transporte, estocagem e pela manutenção da qualidade físico-química, até a entrega dos produtos; e
, de de 2.022.

Nome e assinatura do representante legal

RG nº.....



ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

, com sede na, n°, cidade de CNPJ n°, vem através de seu representante legal infra-assinado, com fundamento no artigo 3° e seus parágrafos da Lei Complementar n° 123, de 15 de dezembro 2.006, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório do Pregão nº/2.017, da Prefeitura de Monte Alto,
DECLARA ser.
Microempresa nos termos do enquadramento previsto
nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.
Empresa de pequeno porte nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.
, de de 2.022. (localidade)
(assinatura)
Nome: RG:

ANEXO V

DECRETO Nº 1.624, 26 DE JUNHO DE 2.001

Estabelece Normas para a aplicação nas multas previstas na lei federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, alterada posteriormente e dá outras providências

APARECIDO DONIZETE SARTOR, Prefeito (Prefeito Município de Monte Alto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 71, inciso IX. da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o disposto no artigo 115, da Lei Federal 8 666, de 21 de junho de 1.993, com as modificações introduzidas pelas Leis ns. 8.883 e 9.648 respectivamente de 08 de junho de I.994 e 27 de maio do I.998. ...

DECRETA;

- **Artigo** 1" A aplicação de multas resultantes da caracterização das hipóteses indicadas nos artigos 81 (caput), 86 e 87. da Lei 11° 8.666/93 e suas alterações posteriores obedecerá ao disposto neste decreto.
- **Artigo** 2" A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado nos editais de licitações instauradas pela Administração Direta do Município de Monte Alto, ensejará a aplicação de multa de mora correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do respectivo ajuste ou da obrigação assumida.
- **Artigo**3" A inexecução total ou parcial do contrato celebrado ou compromisso assumido, autoriza a aplicação de multa:
- I de 20 a 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total ou parte da obrigação não cumprida;
 - II no valor igual à diferença de preço resultante da nova contratação realizada para complementação do interrompido;
- § Único As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.
- **Artigo** 4" O atraso injustificado na execução do serviço, obra ou fornecimento de material, sujeitará o contrato à multa de mora. calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na seguinte proporção:
- I de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao dia, para até 30 (Trinta) dias de atraso;
- II de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao dia a partir do 31° (trigésimo primeiro) dia de atraso.

- § 1" O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia subsequente ao termino do prazo estabelecido para cumprimento da obrigação, até o dia anterior ao da sua efetivação.
- § . 2" Para cálculo do valor da multa adotar-se-á o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.
- **Artigo** 5" O material recusado deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela Administração, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.
- § Único A não ocorrência da substituição no prazo ensejará a aplicação de multa prevista no artigo 3° deste decreto, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil subsequente no término do prazo fixado no caput desde artigo.
- **Artigo** 6" A aplicação das multas de que trata o presente decreto, ficará vinculado a realização do regular processo administrativo.
- § 1" Ao infrator será assegurada ampla defesa, devendo ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação do ato.
- § 2" Em se tratando de contratos derivados de licitação na modalidade de convite ou decorrentes de dispensa de licitação enquadrada nas hipóteses previstas nos incisos I c II, do artigo 24, do Estatuto das Licitações, o prazo do parágrafo anterior será de 2 (dois) dias úteis.
- **Artigo** 7" As multas estabelecidas neste decreto, quando for o caso deverão ser pagas com a garantia prestada na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou descontadas dos pagamentos eventualmente devidos.
- § Único Na hipótese do pagamento das multas não ocorrer na forma prevista no caput deste artigo, a cobrança será objeto de medidas administrativas ou judiciais, incidindo correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente seguinte à data final para liquidação do débito e aquela em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação do IGP-M/FGV, ou outro índice que venha substituí-lo.
- **Artigo** 8" As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição das demais sanções previstas na Lei Federal n° 8.666/93, alterada posteriormente.
- **Artigo** 9" As disposições constantes deste decreto aplicam-se também às obras, serviços e compras que, nos termos da legislação vigente, forem efetuadas com dispensa ou Inexigibilidade de licitação.
- **Artigo** 10" Os instrumentos convocatórios deverão, doravante obrigatoriamente, fazer menção deste decreto para que dele tenham ciência os interessados em contratar com o Município de Monte Alto.
- **Artigo**11" Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Monte Alto, 26 de junho de 2.001.